

COMUNICADO



A Comissão Política Concelhia do PSD de Macedo de Cavaleiros vem, por este meio, manifestar a sua profunda preocupação e indignação pelo evidente aproveitamento político que tem vindo a ser promovido pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

A apenas quatro meses das eleições autárquicas, torna-se clara a tentativa de utilizar os recursos e instrumentos da administração municipal para fins que extravasam o interesse público, com o objetivo de gerar vantagens eleitorais para o atual executivo.

Como exemplos concretos deste comportamento, destacam-se:

1. A **alteração modificativa aos Documentos Previsionais de 2025**, que em nosso entender, configura uma reprogramação orçamental com motivação política;
2. O **provimento de 7 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**, na categoria de assistente operacional. Facto que implicará um acréscimo da despesa com os recursos humanos, num período próximo das eleições autárquicas e a cerca de quatro meses de se encerrar este mandato. Não tendo sido demonstrados no presente processo, nem justificada a urgência e inevitabilidade destas contratações, neste momento político.
3. O **recrutamento de trabalhadores para mais 4 postos de trabalho**, num processo cuja oportunidade levanta legítimas dúvidas;
4. E ainda a **2.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2025**, evidenciando, para nós, uma estratégia de manipulação dos recursos humanos da autarquia com propósitos político-eleitorais.

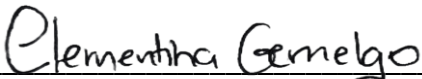
Consideramos que qualquer reprogramação orçamental ou alteração ao quadro de pessoal neste período pré-eleitoral deve ser objeto de especial prudência, sob pena de poder configurar decisões de natureza político-eleitoral, com impactos estruturais na organização e nas finanças do município.

Recordamos que o **Mapa de Pessoal foi já alterado em 30 de abril de 2025** sem que, entretanto, se tenham verificado alterações estruturais que justifiquem uma nova revisão tão próxima no tempo.

Importa ainda referir que **a maior parte dos chefes de divisão da Câmara Municipal terminaram as respetivas comissões de serviço**, encontrando-se atualmente **em regime de gestão corrente**, o que fragiliza ainda mais a legitimidade de decisões com impacto estratégico e de longo prazo, como as que o Executivo de Benjamim Rodrigues aprovou com maioria, na reunião de câmara do passado dia 03 de junho, **com os votos contra dos Vereadores da Oposição**.

Estas decisões, tomadas em plena reta final de mandato, configuram um uso indevido da máquina municipal e comprometem os princípios da neutralidade, transparência e responsabilidade que devem nortear a gestão autárquica.

Macedo de Cavaleiros, 06 junho 2025



Presidente da Comissão Política Concelhia